PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
ESTADO DE SÃO PAULO

Lei 3.570 de 02 de Junho de 1993

Com as atualizações da lei 5979 de 19 de outubro de 2010 e lei 6483 de 20 de dezembro de 2013.

Reestrutura a Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru – EMDURB e da outras providências.

TIDEI DE LIMA, Prefeito Municipal de Bauru, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Da Empresa

“Art. 1º A Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru – EMDURB, empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, técnica e financeira, instituída pela Lei nº 2.166 de 25 de setembro de 1979, posteriormente alterada pela Lei nº 2.602 de 07 de janeiro de 1986, para a prestação de serviços públicos essenciais, tem sede e foro em Bauru, Estado de São Paulo, prazo indeterminado de duração e rege-se nos termos desta lei, dos seus Estatutos e, subsidiariamente, pelas normas de direitos aplicáveis. (NR)” (com redação conferida pela lei 6483 de 20 de dezembro de 2013).

Dos Objetivos Sociais

Art. 2º São objetivos da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru – EMDURB:

I - supervisionar, gerenciar e executar a política de trânsito e transportes do Município, especialmente as atribuições inerentes ao respectivo Poder de Polícia; (NR) (com redação conferida pela lei 6483 de 20 de dezembro de 2013).

II – revogado; (revogado pela lei 5979 de 19 de outubro de 2010)

III - supervisionar, gerenciar e executar a política de limpeza pública, destinação e tratamento do lixo;

IV – revogado; (revogado pela lei 5979 de 19 de outubro de 2010)

V - promover e administrar o serviço funerário assistencial e gerenciar e administrar os cemitérios municipais;

VI – revogado; (revogado pela lei 5979 de 19 de outubro de 2010)

VII- revogado.” (revogado pela lei 5979 de 19 de outubro de 2010)

“VIII - gerenciar o terminal rodoviário municipal e Aeroporto de Bauru – Comandante João Ribeiro de Barros, podendo, para tanto, exercer todos os Poderes Administrativos inerentes a esta atividade; (AC)” (inciso acrescido pela lei 6483 de 20 de dezembro de 2013)

Parágrafo Único No cumprimento de seus objetivos a Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru – EMDURB seguirá as diretrizes e metas fixadas no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Bauru e em atos normativos a ele equivalentes.

Das Receitas

Art. 3º Constituem receitas da Empresa de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru – EMDURB:

I - as decorrentes de atividade operacionais e resultantes da prestação de serviços que lhe forem atribuídas pelo Município;(com redação conferida pela lei 5979 de 19 de outubro de 2010)

II – as decorrentes de saldos apurados em balanços anuais;

III – as decorrentes de taxas, tarifas, ou preços cobrados em virtude de atividade vinculada aos objetivos sociais;

IV – as dotações orçamentárias consignadas;

V – as receitas patrimoniais e as decorrentes de operações financeiras;

VI – as decorrentes de legados, subvenções e contribuições de qualquer natureza.

VII - as decorrentes dos valores recebidos com a concessão, permissão ou autorização de espaços destinados ao comércio no Terminal Rodoviário.(com redação conferida pela lei 5979 de 19 de outubro de 2010)

§ 1º Eventuais sobras de receita apuradas em balanço anual serão destinadas à melhoria das instalações e investimentos na EMDURB.(com redação conferida pela lei 5979 de 19 de outubro de 2010)

§ 2º A EMDURB poderá receber recursos e bens provenientes de transferência da União ou do Estado, a qualquer título, suportando, em sendo o caso, a contrapartida financeira”. (com redação conferida pela lei 5979 de 19 de outubro de 2010)

Do Capital Social

Art. 4º O capital social integralizado e atualizado conforme balanço realizado em 31 de dezembro de 1992 é da ordem de Cr\$ 14.158.122.397,78 (quatorze bilhões, cento e cinqüenta e oito milhões, cento e vinte e dois mil, trezentos e noventa e sete cruzeiros e setenta e oito centavos).

Da Realização dos Objetivos Sociais

Art. 5º Para realizar seus objetivos sociais compete à Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru – EMDURB:

I – realizar, diretamente ou com contratação de terceiros, obras, empreendimentos e serviços compatíveis com os objetivos sociais;

II – receber atribuições do Município através do Prefeito Municipal para realizar obras, empreendimentos e serviços necessários ao desenvolvimento municipal ou destinado a atender interesse coletivo dos munícipes;

III - (revogado pela lei 5979 de 19 de outubro de 2010)

IV - promover ações expropriatórias, quando necessárias, depois de obtida declaração de utilidade pública autorizada pelo Prefeito Municipal.(NR)

§ 1º É vedado a Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru – EMDURB realizar obra, empreendimento ou serviço a título gratuito.

§ 1º A (revogado pela lei 5979 de 19 de outubro de 2010)

§ 1º B (revogado pela lei 5979 de 19 de outubro de 2010)

§ 2º (revogado pela lei 5979 de 19 de outubro de 2010)

§ 3º (revogado pela lei 5979 de 19 de outubro de 2010)

Dos Órgãos Diretivos

Art. 6º São órgãos diretivos da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru – EMDURB:

I – Conselho de Administração, integrado por 5 (cinco) membros nomeados pelo Prefeito Municipal e demissíveis “ad nutum”;

II – Diretoria Executiva, integrada pelo Presidente e 4 (quatro) Diretores Executivos, nomeados pelo Prefeito Municipal e demissíveis “ad nutum”; (NR) (com redação conferida pela lei 6483 de 20 de dezembro de 2013)

III – Conselho Fiscal, integrado por 3 (três) membros, nomeados pelo Prefeito Municipal para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução, observados os parágrafos 3º e 4º deste artigo. (inciso III alterado pelo art. 1º da Lei 4504 de 05 de Janeiro de 2000)

§ 1º Os integrantes da Diretoria Executiva não poderão ter vínculos de parentesco, consangüíneo ou afim, até terceiro grau, inclusive, com o Prefeito Municipal, seus Secretários e Assessores diretos, bem como Vereadores. (§1º renumerado pelo art. 1º da Lei 5494 de 29 de Outubro de 2007)

§ 2º Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não podem pertencer ou terem pertencido aos quadros da administração municipal direta ou indireta no último ano ao anterior à nomeação. (§ 3º acrescido pelo art. 2º da Lei 4504 de 05 de Janeiro de 2000 e renumerado para §2º pelo art.1º da Lei 5494 de 29 de Outubro de 2007)

§ 3º O integrante do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal cuja nomeação incidir na proibição do parágrafo anterior, deverá solicitar seu desligamento da EMDURB sob pena de ser desligado pelo Prefeito Municipal.” (com redação conferida pela lei 5979 de 19 de outubro de 2010)

Do Conselho de Administração

Art. 7º Compete ao Conselho de Administração:

I – apreciar o planejamento anual da empresa, opinando quanto a viabilidade de planos e programas;

II – sugerir à Diretoria Executiva, planos e programas;

III – pronunciar-se, previamente, sobre aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis da empresa;

IV – opinar sobre quaisquer assuntos de interesse da empresa submetidas à sua apreciação.

Parágrafo Único O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada 2 (dois) meses e extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente da Diretoria Executiva e suas reuniões serão documentadas em ata, lavradas em livro próprio.

Da Diretoria Executiva

Art. 8º Compete à Diretoria Executiva:

- I – dirigir as atividades da empresa e executar as ações previstas no planejamento anual;
- II – apreciar estudos, projetos, relatórios e programas de interesse da empresa e vinculados aos objetivos sociais;
- III – deliberar sobre contratos de interesse da empresa;
- IV – estabelecer normas internas referentes a seu quadro de pessoal e dar-lhes execução;
- V – prestar informações solicitadas pelo Prefeito Municipal, Câmara Municipal e Tribunal de Contas;
- VI – elaborar relatórios de atividades realizadas e prestação anual de contas, encaminhando-as ao Prefeito Municipal, Câmara Municipal e Tribunal de Contas;
- VII – deliberar sobre operações financeiras, contratos e convênios de interesse da empresa;
- VIII – praticar, conjuntamente, todos os demais atos de gestão que não sejam objeto de atribuição particular de seus integrantes.

Parágrafo Único. A Diretoria Executiva reunir-se-á sempre que necessário e obrigatoriamente uma vez por mês e suas reuniões serão documentadas em ata, lavradas em livro próprio. (NR) (com redação conferida pela lei 6483 de 20 de dezembro de 2013).

Art. 9º Compete ao Presidente:

- I – representar a empresa, judicial e extrajudicialmente;
- II – coordenar as atividades da Diretoria Executiva;
- III – executar ou acompanhar a execução das atividades da empresa;
- IV – movimentar recursos financeiros da empresa, assinando conjuntamente com seu Diretor Administrativo Financeiro;
- V – praticar os demais atos de gestão que não sejam de atribuição da Diretoria Executiva ou, particularmente, de outros Diretores.
- VI - Julgar os processos administrativos disciplinares. (com redação conferida pela lei 5979 de 19 de outubro de 2010)

Art. 10 Compete ao Diretor Administrativo Financeiro:

- I – substituir o Presidente e demais Diretores nos seus impedimentos;
- II – orientar, supervisionar e acompanhar a execução da política administrativo-financeira da empresa;
- III – coordenar o sistema contábil e acompanhar os serviços internos de auditoria;
- IV – supervisionar e executar a política de pessoal da empresa;
- V – movimentar, conjuntamente com o Presidente, os recursos e aplicações financeira;
- VI – praticar todos os demais atos de gestão inerentes às atividades administrativas e financeira que não sejam atribuídas à Diretoria Executiva, ao Presidente ou, particularmente, a outros Diretores.

Art. 11 Compete ao Diretor de Limpeza Pública, Serviço Funerário e Cemitérios:

- I – orientar, supervisionar, executar e acompanhar execução de obras, empreendimentos e serviços vinculados a limpeza pública, destinação e tratamento do lixo, serviço funerário e cemitérios;
- II – praticar todos os demais atos de gestão inerentes às atividades da sua Diretoria que não sejam atribuídos à Diretoria Executiva, ao Presidente ou, particularmente, a outros Diretores.
- III - Apresentar relatório escrito ao Presidente sobre ocorrências prejudiciais à execução dos serviços”. (com redação conferida pela lei 5979 de 19 de outubro de 2010)

Art. 12 (Art. 12 revogado pelo art. 4º da Lei 5423 de 09 de Fevereiro de 2007)

Art. 13 (Art. 13 revogado pelo art. 4º da Lei 5423 de 09 de Fevereiro de 2007)

Art. 14 Compete ao Diretor de Sistemas Viários e Transportes:

- I – orientar, supervisionar, executar e acompanhar a execução da política de trânsito e transportes do Município, especialmente as atribuições inerentes ao respectivo Poder de Polícia, bem como obras, empreendimentos e serviços a elas vinculados; (NR) (com redação conferida pela lei 6483 de 20 de dezembro de 2013).
- II – praticar todos os demais atos de gestão inerentes as atividades da sua Diretoria que não sejam atribuições próprias da Diretoria Executiva, ao Presidente, ou, particularmente, a outros diretores.
(Art. 14 e seus incisos foi alterado pelo art. 3º da Lei 5423 de 09 de Fevereiro de 2007)
- III - Apresentar relatório escrito ao Presidente sobre ocorrências prejudiciais à execução dos serviços”. (com redação conferida pela lei 5979 de 19 de outubro de 2010)

“Art. 14 – A - Compete ao Diretor Operacional e de Intermodais Rodoaérios:

- I – orientar, supervisionar, executar e acompanhar a execução dos serviços atinentes à manutenção predial e administração do Terminal Rodoviário de Bauru e do Aeroporto de Bauru – “Comandante João Ribeiro de Barros”;

- II – orientar, supervisionar, executar e acompanhar a execução dos serviços de manutenção do patrimônio mobiliário e imobiliário da EMDURB;
- III – orientar, supervisionar, executar e acompanhar a execução dos serviços atinentes às matérias de comunicação e divulgação de notícias, reclamações e solicitações de usuários e munícipes;
- IV – orientar, supervisionar, executar e acompanhar a execução dos serviços atinentes ao expediente geral da Empresa;
- V – orientar, supervisionar, executar e acompanhar a execução dos serviços atinentes à manutenção da frota da EMDURB e sua organização documental;
- VI – praticar todos os demais atos de gestão inerentes às atividades da sua Diretoria que não sejam atribuídos ao Presidente, à Diretoria Executiva, ou, particularmente, a outros Diretores;
- VII - apresentar relatório escrito ao Presidente sobre ocorrências prejudiciais à execução dos serviços. (AC)” (artigo e incisos acrescidos pela lei 6483 de 20 de dezembro de 2013)

Do Conselho Fiscal

Art. 15 Compete ao Conselho Fiscal:

- I – acompanhar e fiscalizar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial da empresa;
- II – solicitar informações internas e examinar documentos quando entender necessárias ao desempenho de suas funções;
- III – emitir parecer sobre as contas da empresa, utilizando, quando entender conveniente, serviço de auditoria externa.

Do Quadro Pessoal

Art. 16 O quadro de pessoal da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru – EMDURB abrange:

- I – O Quadro de Pessoal Diretivo, integrado pelos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
- II – O Quadro de Pessoal de Funções de Confiança, integrado por Assessores, Gerentes e Chefes, sendo que estes últimos deverão ser obrigatoriamente preenchidos por pessoal do quadro permanente da Empresa; (NR) (com redação conferida pela lei 6483 de 20 de dezembro de 2013)
- III – O Quadro de Pessoal Permanente integrado pelos funcionários operacionais.

§ 1º O Quadro de Pessoal de Funções de Confiança será fixado por ato normativo da Diretoria Executiva, aprovado pelo Prefeito Municipal e seus integrantes serão nomeados e exonerados por Portaria da Diretoria Executiva e anuência do Prefeito Municipal, com exceção daqueles ocupados por empregado público integrante do quadro de pessoal permanente, que serão nomeados e exonerados por Portaria do Presidente da Diretoria Executiva em conjunto com o Diretor Administrativo Financeiro; (NR) (com redação conferida pela lei 6483 de 20 de dezembro de 2013)

§ 2º O Quadro Pessoal Permanente será estabelecido por ato normativo da Diretoria Executiva, aprovado pelo Prefeito Municipal, e seus integrantes serão recrutados por concurso público, aberto aos interessados que preencham as condições exigidas por normas internas. (com redação conferida pela lei 6483 de 20 de dezembro de 2013)

§ 3º É vedado à Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru – EMDURB, sob qualquer pretexto, ter em seu Quadro de Pessoal de Funções de Confiança:

- a) um número maior de 08 (oito) Assessores, todos preenchidos por ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração;
- b) um número maior de 15 (quinze) Gerentes, dentre os quais 05 (cinco) deverão ser obrigatoriamente providos por pessoal do quadro permanente da Empresa, e os demais poderão ser preenchidos por ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração; e
- c) um número maior de 30 (trinta) chefes, todos obrigatoriamente providos por pessoal do quadro permanente da Empresa. (NR) (com redação conferida pela lei 6483 de 20 de dezembro de 2013)

§ 4º O regime jurídico do pessoal será estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho. (§ 4º renumerado pelo art. 3º da Lei 4504 de 05 de Janeiro de 2000)

§ 5º Fica expressamente vedada contratação de empregado público “ad nutum” para o exercício de quaisquer outras atividades senão naquelas admitidas no § 3º deste artigo, ainda que sobre outra denominação; não estende-se tal vedação às funções de confiança ocupadas por funcionários de carreira, desde que observadas as disposições contidas no artigo 37, inciso V, da Constituição da Republica Federativa do Brasil. (AC)” (parágrafo acrescido pela lei 6483 de 20 de dezembro de 2013)

§ 6º Excetua-se da previsão contida na alínea "a" do § 3º do art. 16, os 04 (quatro) cargos em comissão atualmente ocupados por Assessores Jurídicos, que gradativamente serão substituídos tão logo ocorram as contratações mediante a realização de concurso público para os advogados que farão parte do quadro permanente de empregados públicos da Empresa. (AC)” (parágrafo acrescido pela lei 6483 de 20 de dezembro de 2013)

§ 7º Expressamente proibida a cessão de funcionários para outros órgãos da Administração Direta ou Indireta de qualquer esfera administrativa de nível Municipal, Estadual ou Federal, bem como da iniciativa privada. (AC) (parágrafo acrescido pela lei 6483 de 20 de dezembro de 2013)

Da Remuneração

Art. 17 A remuneração dos integrantes dos Quadros de Pessoal será fixada por ato normativo da Diretoria Executiva, aprovado pelo Prefeito Municipal.

Art. 18 Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não terão remuneração, cabendo à Diretoria Executiva propor ao Prefeito Municipal a fixação de gratificações por comparecimento à reuniões.
Do Exercício Social

Art. 19 O exercício social coincidirá com o ano civil, devendo a empresa levantar balanço geral até 31 de dezembro de cada ano, para os fins de direito.

Da Contabilidade

Art. 20 O Sistema Contábil atenderá as normas da contabilidade mercantil, observados, no qual for aplicável, os princípios da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964 e as determinações do tribunal de Contas.

Das Determinações Particulares

Art. 21 A Diretoria Executiva, observadas as normas desta lei, submeterá no prazo de 60 (sessenta) dias ao Prefeito Municipal minuta de decreto instituindo novo Estatuto para Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru - EMDURB.

Parágrafo Único. Publicado o decreto previsto neste artigo e praticados os atos registrários, a Diretoria Executiva encaminhará cópia integral e autêntica à Câmara Municipal.

Art. 22 Se, por força de lei, ocorrer a extinção da empresa, seus bens e direitos reverterão ao Município, atendidos os encargos e responsabilidades pendentes ao tempo da extinção.

Das Disposições Transitórias

Art. 23 Fica o Prefeito Municipal autorizado a transferir para o patrimônio da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru – EMDURB, veículos, máquinas, equipamentos e materiais em estoque ao Departamento de Serviços Urbanos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Art. 24 Fica o Prefeito Municipal autorizado a ceder à Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru – EMDURB, por tempo indeterminado, o uso dos imóveis destinados ao Departamento de Serviços Urbanos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Art. 25 Até que a Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru – EMDURB promova adequação de seu quadro de pessoal para cumprir os encargos desta lei, fica o Prefeito Municipal autorizado a ceder-lhe, sem ônus para a empresa e sem prejuízo dos direitos a vantagens pessoais, os servidores municipais lotados no Departamento de Serviços Urbanos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Art. 26 Em decorrência do estabelecido por esta lei, ficam expressamente abrogados o inciso III e o parágrafo 1º do artigo 10 da Lei nº 3089, de 24 de julho de 1989.

~~Art. 27~~ (revogado pela lei 6483 de 20 de dezembro de 2013)

Art. 28 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (Art. 28 renumerado pelo art.4º da Lei 4504 de 05 de Janeiro de 2000)

Bauru, 02 de junho de 1.993.

TIDEI DE LIMA
PREFEITO MUNICIPAL
ABEL APARECIDO CORTEZ
SECRETÁRIO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS
Registrada na Divisão do Expediente da Prefeitura, na mesma data.
MAURO AFONSO
DIRETOR DA DIVISÃO DO EXPEDIENTE